

Ata da Nona Sessão Ordinária, do segundo ano da Décima Quinta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos quinze de abril de dois mil e quatorze, às dezenove horas e trinta minutos, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Alfredo Chiavegato Neto. Vice-Presidente Sr. Adilson José Abracez. Secretários Srs. Rita de Cássia Siste Bergamasco e Ângelo Roberto Torres. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente convidou o Vereador Ângelo Roberto Torres para proferir o seguinte texto: Salmo 118/117: “Dai graças ao Senhor, porque ele é bom! 'Eterna é a sua misericórdia!' A casa de Israel agora o diga: 'Eterna é a sua misericórdia!' A mão direita do Senhor fez maravilhas, a mão direita do Senhor me levantou. Não morrerei, mas ao contrário, viverei, para cantar as grandes obras do Senhor! 'A pedra que os pedreiros rejeitaram, tornou-se agora a pedra angular. Pelo Senhor é que foi feito tudo isso: Que maravilhas ele fez a nossos olhos! Este é o dia que o Senhor fez para nós: alegremo-nos e nele exultemos!’” A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Adilson José Abracez, Alexandre da Silva Santos, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, David Hilário Neto, Fábio Augusto Pina, Gerson Antonio, Luiz Carlos de Campos, Luiz Gustavo Gothardo, Rita de Cássia Siste Bergamasco, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva e William de Souza Silva. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos”, declarou aberta a Sessão, dando início ao Expediente: primeiramente, o Sr. Presidente colocou em votação a Ata da Sessão Ordinária anterior, a qual foi aprovada por unanimidade de votos. Em seguida, o Sr. Presidente determinou a leitura da Matéria Constante do Expediente: pela ordem, o Sr. David Hilário Neto pediu a palavra apresentando requerimento verbal, baseado no Art. 213, II do Regimento Interno solicitando que fosse dispensada a leitura da matéria oriunda do Executivo Municipal, dos Requerimentos e das Indicações dos Senhores Vereadores, e das correspondências de diversos, lendo-se apenas as ementas, como constavam na pauta; a seguir, em discussão e votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, do Senhor Prefeito foram lidas as ementas dos seguintes ofícios: 1. Ofício SEGOV n.º 0171/2014, acusando o recebimento do Requerimento n.º 057/2014, do Sr. William de Souza Silva solicitando informações sobre contratos com a empresa “ONZE A” (kits escolares); 2. Ofício SEGOV n.º 0172/2014, acusando o recebimento do Requerimento n.º 058/2014, do Sr. Ângelo Roberto Torres, solicitando informações sobre previsão para limpeza do mato em todo o bairro Roseira de Cima; 3. Ofício SEGOV n.º 0173/2014, acusando o recebimento do Requerimento n.º 059/2014, do Sr. Ângelo Roberto Torres, solicitando informações sobre a previsão para realização de benfeitorias no bairro Roseira de Cima (sinalização de solo e aérea, pintura de faixas e construção de

lombadas nas ruas do bairro); 4. Ofício SEGOV nº 0174/2014, acusando o recebimento do Requerimento nº 061/2014, do Sr. Adilson José Abracez, solicitando informações sobre a Indicação nº 222/2013, que solicitou melhorias no Loteamento Santa Úrsula; 5. Ofício SEGOV nº 0175/2014, acusando o recebimento do Requerimento nº 062/2014, do Sr. Adilson José Abracez, solicitando informações sobre a possibilidade de correção da placa denominativa da Av. Vincenzo Granghelli para “Av. Vincenzo Granchelli”, no bairro João Aldo Nassif; 6. Ofício SEGOV nº 0176/2014, acusando o recebimento do Requerimento nº 063/2014 do Sr. Romilson Nascimento Silva, solicitando informações sobre previsão de instalação de semáforo no balão da Avenida Antonio Pinto Catão, próximo ao Posto de Gasolina, sentido bairro João Aldo Nassif; 7. Ofício SEGOV nº 0177/2014, acusando o recebimento do Requerimento nº 064/2014, do Sr. Romilson Nascimento Silva, solicitando informações sobre previsão para cobertura das quadras poliesportivas da nossa cidade; 8. Ofício SEGOV nº 0178/2014, acusando o recebimento do Requerimento nº 065/2014, do Sr. Romilson Nascimento Silva, solicitando informações sobre previsão para manutenção dos ventiladores nas escolas municipais, em especial, da Amâncio Bueno; 9. Ofício SEGOV nº 0179/2014, acusando o recebimento do Requerimento nº 066/2014 dos Srs. Fábio Augusto Pina e Gerson Antonio, solicitando informações sobre perdas financeiras do Jaguariúna Previdência, e cópia dos balancetes; 10. Ofício SEGOV nº 0180/2014, acusando o recebimento do Requerimento nº 067/2014, dos Srs. Fábio Augusto Pina e Gerson Antonio, solicitando informações se o Diretor Financeiro do Fundo Jaguariúna Previdência possui o CPA -10 da ANBIMA; 11. Ofício SEGOV nº 0181/2014, acusando o recebimento do Requerimento nº 068/2014 do Sr. Fábio Augusto Pina solicitando informações sobre a evolução funcional dos servidores, conforme o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, entre outras questões; 12. Ofício SEGOV nº 0182/2014, acusando o recebimento do Requerimento nº 069/2014 do Sr. William de Souza Silva solicitando informações sobre os motivos da retirada do transporte das crianças de 6 meses a 3 anos, dos bairros Floresta, Santo Antonio do Jardim e Bom Jardim para a creche “CEI Guedes”, entre outra questão; 13. Ofício SEGOV nº 0183/2014, acusando o recebimento do Requerimento nº 071/2014 do Sr. William de Souza Silva solicitando informações sobre a água utilizada para molhar as ruas, se proveniente de captação reutilizável ou água potável; 14. Ofício SEGOV nº 0184/2014, acusando o recebimento do Requerimento nº 072/2014 do Sr. Alexandre da Silva Santos solicitando informações sobre aprovação do Plano de Mobilidade Urbana, conforme Lei Federal nº 12.587/2012; 15. Ofício SEGOV nº 0185/2014, acusando o recebimento do Requerimento nº 073/2014 do Sr. Alexandre da Silva Santos solicitando relação dos contratos firmados por inexigibilidade de licitação, desde 01/01/2013 até a presente data; 16. Ofício SEGOV nº 0186/2014, acusando o recebimento do Requerimento nº 074/2014 do Sr. Alexandre da Silva Santos solicitando informações acerca da quebra da ordem cronológica de pagamento no período de 01/01/2013 até a presente data;

17. Ofício SEGOV nº 0187/2014, acusando o recebimento do Requerimento nº 075/2014 do Sr. Alexandre da Silva Santos solicitando informações sobre regulamentação do sistema de Controle Interno da Prefeitura, bem como, relatórios das funções institucionais desde 01/01/2013 até a presente data; 18. Ofício SEGOV nº 0188/2014, acusando o recebimento do Requerimento nº 076/2014 do Sr. Gerson Antonio solicitando informações sobre quantidade de contratos de locação de imóveis à Prefeitura, homologados no período de janeiro de 2013 a março de 2014, entre outra questão; 19. Ofício SEGOV nº 0189/2014, acusando o recebimento do Requerimento nº 078/2014 do Sr. Gerson Antonio solicitando informações de quando as indicações pedindo sinalização vertical e horizontal serão atendidas; 20. Ofício SEGOV nº 0190/2014, acusando o recebimento das Indicações nºs.: 080,081, 082, 085 e 086/2014 do Sr. Ângelo Roberto Torres; 083/2014 dos Srs. Gerson Antonio e Alfredo Chiavegato Neto; 084/2014 do Sr. Adilson José Abracez; 087 e 088/2014 do Sr. Luiz Carlos de Campos; 089 e 090/2014 do Sr. Romilson Nascimento Silva; 091, 092, 093, 094, 095 e 096/2014 do Sr. William Nascimento Silva; 097/2014 do Sr. Gerson Antonio; 098/2014 do Sr. Luiz Gustavo Gothardo. A seguir, dos Senhores Vereadores foram apresentados, lendo-se apenas as ementas: Requerimentos: 1. Do Sr. Rodrigo da Silva Blanco solicitando ao D.E.R. Departamento de Estradas de Rodagem solicitando informações se as estacas no barranco em frente à Interclínicas (Roseira), são para a construção de uma estrutura, alargando a entrada de acesso ao Município, para quem vem da SP-340; se o referido trecho receberá um canteiro central com iluminação adequada, entre outra questão (com cópia para o Sr. Prefeito Municipal); 2. Do Sr. Rodrigo da Silva Blanco solicitando ao Executivo Municipal informações sobre quando serão tapados os buracos da rua Amoreira, no bairro Roseira de cima, conforme solicitado na Indicação nº 034/2014; 3. Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal informações sobre o andamento e a previsão para solução do contido nos Requerimentos nºs 044, 081, 085, 143, 144, 153, 154, 174, 175, 187, 210, 213, 233, 237, 244, 254, 269, 273, 283 e 284/2013; (com cópia para o Ministério Público). 4. Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal informar quando o problema da higienização do banheiro público da praça Umbelina Bueno será resolvido; 5. Do Sr. William de Souza Silva – Zidane solicitando ao Executivo Municipal informar por que até 11/04/2014 não foi atendida a solicitação de melhoria na rua Novaes, no bairro Terras da Capela de Santo Antonio, conforme Indicação nº 571/2013, entre outra questão; 6. Dos Srs. David Hilário Neto, Romilson Nascimento Silva, Adilson José Abracez, Alexandre da Silva Santos e William de Souza Silva - Membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, instituída pela Portaria nº 039/2013 (irregularidades na construção da piscina aquecida no Pq. Serra Dourada), solicitando a prorrogação do prazo por mais 90 (noventa) dias. Indicações: 1. Do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal reajuste salarial para todos os estagiários da Prefeitura; 2. Do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo

Municipal providenciar a instalação de um ponto de ônibus na rua Osvaldo Tonini, ao lado do nº 604, no bairro Nova Jaguariúna; 3. Do Sr. Luiz Carlos de Campos - Bozó solicitando ao Executivo Municipal lombada na rua Angeloni, entre as ruas Carvalho e Joaquim Elias, que divide os bairros Florianópolis, Capela de Santo Antonio e Pinheiros; e calçada na rua Angeloni, margeando o Pq. José Pires Junior, no Parque Florianópolis; 4. Do Sr. Luiz Carlos de Campos solicitando ao Executivo Municipal colocação de placas de identificação das árvores existentes nas imediações do Centro Cultural e também daquelas ao longo do Parque Linear; 5. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal construção de um ponto de ônibus na rua Joaquim Elias, no Jardim Pinheiros; 6. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal operação tapa-buracos na rua Alcides de Oliveira Germano, no Mauá II. Moções, lidas na íntegra: 1. Dos Srs. Luiz Gustavo Gothardo e Luiz Carlos de Campos de Pesar pelo passamento da Sra. Cornélia Tolentino Lima, ocorrido em 8 de abril corrente, aos 83 anos de idade, nesta cidade; 2. Do Sr. David Hilário Neto de congratulações e louvor à Secretaria Municipal de Educação pela criação, em 1996, do Projeto de Atendimento Individualizado de crianças portadoras de necessidades especiais e mantido até hoje. A seguir, foram lidas as ementas das seguintes correspondências de Diversos: 1. Comunicado nº 001914/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 227.417,06; 2. Comunicado nº 002718/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 258,37; 3. Comunicado nº 004303/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 100.000,00; 4. Comunicado nº 005130/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 74.977,08; 5. Comunicado nº 004442/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 89.188,25; 6. Comunicado nº CM017179/2014 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 328.697,79; 7. Comunicado do Governador do Estado de São Paulo – Geraldo Alckmin sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 222.600,00 para aquisição de caminhão poliguindaste; 8. Ofício nº 030/2014 da Diretora da “E.E. Prof. Celso Henrique Tozzi”, acusando o recebimento da Moção nº 012/2014 do Sr. Ângelo Roberto Torres e Outros de congratulações e louvor àquela Escola pelo cumprimento da meta de 2013 do IDESP – Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo. A seguir, o Sr. Presidente colocou em votação as seguintes Proposituras, comunicando que se houvesse desejo de discussão, deveriam proceder de acordo com o Art. 154, alínea única, do Regimento Interno, alterado pelas Resoluções nºs 63 e 91: pela ordem, o Sr. Alfredo Chiavegato Neto pediu a palavra e apresentou requerimento verbal, baseado no Art. 243, I, e § 3º do Regimento Interno, solicitando que a votação das proposituras acontecesse pelo processo simbólico, onde os que estivessem de acordo permaneceriam sentados, e os contrários se levantariam, visto o acúmulo de

proposituras; em discussão e votação o requerimento verbal, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; a seguir, o Sr. Presidente colocou em votação as proposituras, pelo processo simbólico, conforme preceituava o § 1º do Artigo 243, comunicando que os Vereadores que fossem favoráveis permanecessem sentados, e os que fossem contrários ficassem em pé: 1. Requerimento do Sr. Rodrigo da Silva Blanco solicitando ao D.E.R. Departamento de Estradas de Rodagem solicitando informações se as estacas no barranco em frente à Interclínicas (Roseira), são para a construção de uma estrutura, alargando a entrada de acesso ao Município, para quem vem da SP-340; se o referido trecho receberá um canteiro central com iluminação adequada, entre outra questão (com cópia para o Sr. Prefeito Municipal), em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Requerimento do Sr. Rodrigo da Silva Blanco solicitando ao Executivo Municipal informações sobre quando serão tapados os buracos da rua Amoreira, no bairro Roseira de cima, conforme solicitado na Indicação nº 034/2014, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 3. Requerimento do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal informações sobre o andamento e a previsão para solução do contido nos Requerimentos nºs 044, 081, 085, 143, 144, 153, 154, 174, 175, 187, 210, 213, 233, 237, 244, 254, 269, 273, 283 e 284/2013; (com cópia para o Ministério Público) , em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 4. Requerimento do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal informar quando o problema da higienização do banheiro público da praça Umbelina Bueno será resolvido, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 5. Requerimento do Sr. William de Souza Silva – Zidane solicitando ao Executivo Municipal informar por que até 11/04/2014 não foi atendida a solicitação de melhoria na rua Novaes, no bairro Terras da Capela de Santo Antonio, conforme Indicação nº 571/2013, entre outra questão, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 6. Requerimento dos Srs. David Hilário Neto, Romilson Nascimento Silva, Adilson José Abrucez, Alexandre da Silva Santos e William de Souza Silva - Membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, instituída pela Portaria nº 039/2013 (irregularidades na construção da piscina aquecida no Pq. Serra Dourada), solicitando a prorrogação do prazo por mais 90 (noventa) dias, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 7. Moção dos Srs. Luiz Gustavo Gothardo e Luiz Carlos de Campos de Pesar pelo passamento da Sra. Cornélia Tolentino Lima, ocorrido em 8 de abril corrente, aos 83 anos de idade, nesta cidade, em votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 8. Moção do Sr. David Hilário Neto de congratulações e louvor à Secretaria Municipal de Educação pela criação, em 1996, do Projeto de Atendimento Individualizado de crianças portadoras de necessidades especiais e mantido até hoje, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente deixou livre a palavra aos senhores Vereadores que quisessem fazer uso, por sete minutos, seguindo ordem de inscrição em livro, versando sobre Temas Livres: pela ordem, tomaria a palavra o Sr. Romilson

Nascimento Silva; tomou a palavra o Sr. William de Souza Silva que cumprimentou a todos, agradecendo aos nobres Vereadores pela aprovação dos seus requerimentos, das indicações, pelas proposituras e disse de aproveitar aquele momento para colocar algo relacionado ao teor da reunião que tiveram na semana anterior, no que concernia às moradias populares; disse que tinha colocado na reunião a manifestação, e que achava que no ponto de vista legislativo e de Vereador, eles tinham que dar uma resposta para a sociedade através dos atos deles, de Vereadores, estudando a Lei Orgânica, a Constituição Federal, o Regimento Interno; verificou que a possibilidade que eles tinham de dar a resposta para a sociedade levantar e apurar e tentar ao menos corrigir e para que servisse de exemplo para novos programas e as pessoas que estavam em Casa e as pessoas que trabalhavam neste Município, as pessoas que esperavam ter a sua tão sonhada casa, não passassem por esses constrangimentos que, infelizmente, essas famílias que aguardavam esse programa “Minha Casa Minha Vida” no Município de Jaguariúna estavam enfrentando; disse que defendeu, colocou para os senhores Vereadores que esse ato não dependia só de sua iniciativa, dependia dos demais Vereadores, e que ele e o Colega Gerson, eles dois andaram conversando naquela semana e tiveram a iniciativa de pedir para o Jurídico montar um requerimento, juntar toda, ou tentaram juntar boa parte as informações desde o início do programa, quando começou, todas as falhas, possíveis irregularidades, matérias jornalísticas, no que se referia a este desastre que vinha acontecendo sobre moradia popular, e que estava ali, e que aproveitava o momento para dar ciência aos demais Vereadores que estava ali o requerimento, conforme a forma regimental, pedindo a instauração de uma CPI, e para que o público entendesse, a CPI dependia de um terço dos Vereadores, cinco Vereadores, no mínimo, quatro e um quebrado, cinco Vereadores, no mínimo, e que iriam assinar esse requerimento e era submetido ao Presidente para que ela desse início e seguir os trâmites normais; disse que tinha levantado um pequeno texto, para deixar claro a todos, e que ele tinha escrito três importâncias da CPI, para que servia uma CPI, porque ele defendia dentro da atribuição de Vereador porque tinham que ter a instauração da CPI; disse que não era para identificar e tentar eliminar concorrentes políticos, não era para darem conotação de sigla partidária, e sim a resposta que a sociedade queria diante de alguns descasos; não tinham informações concretas, não tinham estruturas na Câmara Municipal para informar alguns caracteres, alguns aspectos técnicos da obra, se a obra tinha condição ou não, não estava ali para criticar o Governo, se o Governo seguiu aquele prazo, se iria ser cumprido ou não, se houve erro ou não, e perguntou como deveriam fazer isso, como a Legislação lhes permitia, para não serem irresponsáveis, e ficarem com falácias ou com informações controversas ou trocadas para a opinião pública; disse que tinha ficado triste, e aproveitava o momento para parabenizar os demais Vereadores Magrão, Gerson e Outros, o Xanddy, que estavam aí à frente dos movimentos, e que ele só não tinha ido com eles porque ficou muito desagradável, porque ficou muito chateado de ver que as pessoas tinham que faltar do

seu serviço, perder compromissos pessoais para virem na Casa e reivindicar um direito que era deles; disse que a sua manifestação foi fazendo diante do que ele podia fazer no seu mandato e que fez, fez as comunicações que pôde, e estava ali com mais um ato que era esse e dependia da análise dos Vereadores para dar continuidade; disse que os três aspectos que ele tinha colocado para eles para deixar claro que a finalidade das Comissões Parlamentares de Inquérito cingia a apuração dos fatos certos, isto é, fatos determinados de sua competência constitucional quase sempre ligada à conduta administrativa de algum fato que eles entendessem que fosse ilícito ou irregular; disse que essa Comissão tinha três aspectos de espécies objetivas, ajudar a tarefa legiferante que era todo este conflito, e que a Comissão, também, tinha este aspecto de ajudar e tentar resolver ou dialogar com esse conflito, servir de instrumento de controle sobre o Governo e a administração de seus atos, para eles controlarem o que estava sendo feito, para eles terem a resposta, chamar os responsáveis e pelo menos dar a informação concreta pela Câmara, informar, e a última, que ele achava que era a principal, o objetivo da CPI, informar à opinião pública; disse que dentro dos aspectos da CPI eles conseguiam intimar as pessoas, e que tinham a questão que a Caixa, o representante que não vinha na reunião, não comparecia, ia lá e desmarcava a reunião com o Vereador, e que tinha a CPI, e que não compareceu, encaminhava-se ao Judiciário, tomava-se as providências pertinentes, (o Sr. Presidente comunicou ao Vereador que ele tinha só mais um minuto) e o Vereador William de Souza Silva disse ao Sr. Presidente que, concluindo, repetiu a palavra pertinentes, e por isso da importância da CPI; disse que esperava contar com o crivo dos Vereadores, e que eles analisassem aquilo com carinho, e agradeceu ao nobre Vereador Gerson por ter incentivado e colaborado com o levantamento dessas informações, agradeceu a atenção de todos e que achava que eles deveriam dar essa resposta para a sociedade; disse que havia indícios de corrupção, havia indícios de superfaturamento da obra; havia indícios de irregularidade na construção de caráter técnico e de engenharia, e que aquelas pessoas iriam receber aquela obra e que não sabiam se iria ter renúncia de materiais para ser utilizados que mexia com a estrutura obra; havia quebra da questão do contrato, enfim, vários outros fatos gravíssimos que iria chegar ao conhecimento deles pela opinião pública e eles não poderiam ficar ali de braços cruzados, esperar outros órgãos trabalhar e a Câmara Municipal de Jaguariúna ficar inerte e omissa nesse caso; agradeceu pela atenção de todos; a seguir, tomou a palavra o Sr. Adilson José Abrucez que cumprimentou a todos, em especial àqueles que compareciam sempre, participando, aos funcionários que eram eficientes, aos nobres Companheiros; disse achar que não tinha menor dúvida que eles deviam abrir uma CPI, e antes de mais nada para servir de exemplo e para que as pessoas quando iam fazer algum ato ilícito, se lembrassem que tinha ferramentas e que ela ia ser exposta ao público, com seriedade, sem envolvimento político, sem interesse de bandeiras, de nada, e que achava que esse era o exemplo, acreditava que, no mínimo, a Caixa foi super

incompetente ao ponto desse projeto se enrolar por mais de dois anos, e ela não ter tomado nenhuma providência, e que agora era fácil ela falar que não podia tomar agora que piorava, mas antes ela tinha como; disse que havia indícios, sim, da terra ter sido super faturada, alguém ganhou dinheiro em cima disso; a escolha do local, e que ele trabalhava no seu escritório com financiamento da Caixa Econômica, financiamento para moradias; disse que o rigor da Caixa era o extremo e eles achavam que estava certo, estava empregando o dinheiro do público, do povo, estava aplicando, estava fazendo esse dinheiro movimentar, estava gerando emprego, gerando tudo e ela tinha que selecionar onde estava o malandro e onde estava a pessoa séria que merecia esse financiamento; disse que quando viam uma obra dessa envergadura, onde tinha o financiamento do Governo Federal, PAC, que era cantado em prosa e verso, e eles queriam que tivesse muito sucesso, viam como a Caixa tinha chegado ao ponto mais baixo que poderia ter chegado, ao ponto de desmarcar uma reunião com a Câmara, com a Prefeitura, pelo simples fato que ia levar alguns moradores junto, que eles iam participar e ver daquilo; disse que era importante, e que o efeito dela agora, naquele momento, praticamente, iria ser só uma finalização, mas para o futuro e para aqueles que se aproveitaram do bem público, e aproveitaram a oportunidade deveria saber que iria ter sempre uma ferramenta pronta, uma arma pronta, para impedir, para inibir esse atos, e agradeceu; a seguir, tomariam a palavra os Srs. Alexandre da Silva Santos, Ângelo Roberto Torres, David Hilário Neto, Fábio Augusto Pina, Gerson Antonio, Luiz Carlos de Campos, Luiz Gustavo Gothardo que a passaram; tomou a palavra a Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco que cumprimentou a todos e disse que sobre a questão das moradias que, sem dúvida nenhuma, eles tinham a consciência de que desde dois mil e nove, quando se começou o processo, eram dezoito meses para a entrega da obra, e que estavam em dois mil e quatorze, na metade do ano e esse sofrimento do pessoal, e que saiu uma data bem amarra, porque houve uma movimentação, porque senão talvez eles não tivessem nem esta data; disse que, realmente, era lamentável, e que achava que o Zidane tinha colocado muito bem, o Adilson, também, e que achava que eles tinham que prevenir, inclusive ficarem atentos a próximos investimentos que houvessem no Município, não só os que já aconteceram, mas os próximos que viessem, eles terem conhecimento de quem eram as empresas que estavam entrando, quais os tipos de financiamentos que estavam fazendo, independente se era de zero ... e que o programa “Minha Casa Minha Vida” tinha três modalidades que ia até dez salários mínimos, mas ela achava que eles tinham que ter um cadastro habitacional hoje mais efetivo, um cadastro que desse preferência porque a renda de zero a mil e seiscentos, ou de zero a três, eles conseguiam ter um controle sobre a questão de priorizar o pessoal do Município, mas de três a seis e de seis a dez, não, a empresa podia vir, construir e vender para quem ela quisessem e que achava que o Município tinha demanda, também, para essa faixa, como ainda tinha demanda para renda menor, e disse de ficarem atentos, também, para essas questões, não só e baseados, inclusive,

nesta experiência negativa que eles tiveram aí, fiquem atentos aos próximos empreendimentos que viessem para o Município, principalmente, quem era a empresa que iria construir, de que forma e se iria ser respeitado o cadastro municipal e que achava até que isso deveria estar amarrado dentro de alguma legislação, não sabia se na legislação da questão de habitação, e não sabia dizer agora, mas achava que deveria estar amarrado, e que era isso e agradeceu; a seguir, tomariam a palavra os Srs. Rodrigo da Silva Blanco e Alfredo Chiavegato Neto que a passaram. Terminado o Expediente, o Sr. Presidente suspendeu a sessão por 15 (quinze) minutos, conforme determinava o Art. 149, Parágrafo Único, do Regimento Interno. Terminado o prazo concedido, o Sr. Presidente reabriu a Sessão determinando a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Adilson José Abracez, Alexandre da Silva Santos, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, David Hilário Neto, Fábio Augusto Pina, Gerson Antonio, Luiz Carlos de Campos, Luiz Gustavo Gothardo, Rita de Cássia Siste Bergamasco, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva e William de Souza Silva. Constatado número regimental, o Sr. Presidente deu início à Ordem do Dia: Em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Lei nº 022/2014, do Executivo Municipal, que dispõe sobre denominação do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS I – Vereador Adelmo Carpi. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º, do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Lazer e Turismo. Em Discussão pediu a palavra o Sr. Adilson José Abracez que cumprimentou a todos novamente, dizendo que ele gostaria de fazer um breve relato dessa pessoa que era o Sr. Adelmo Carpi, e que ele era da geração do seu pai, foi candidato a Vereador na primeira eleição que eles tiveram em Jaguariúna, e que ele ficou suplente, ele empatou com seu pai, e seu pai era alguns meses mais velho do que ele, e conseguiu a vaga, mas ele, mesmo na suplência, conseguiu participar da Câmara Municipal; foi eleito Vereador quatro vezes, e se não enganava, duas vezes assumiu na suplência; disse que ele teve a felicidade de conhecê-lo, de participar com ele, como Vereador e também como político, que na época, na década de oitenta, ele, Adilson, era presidente do PMDB, o Sr. Adelmo era membro do Diretório do PMDB, e teve participação muito ativa na política até os anos noventa, participando efetivamente das discussões, da escolha dos candidatos, e que era uma pessoa merecedora de ser lembrada para sempre no Município; disse que era só isso, e agradeceu. A seguir, em votação, foi o Projeto de Lei nº 022/2014 do Executivo Municipal aprovado por unanimidade de votos. A seguir, em Primeira Discussão foi apreciado o Projeto de Lei Complementar nº 005/2014, do Sr. Alfredo Chiavegato Neto, que dá nova redação aos incisos IV e VII, do art. 36, da Lei Complementar nº 97, de 20 de dezembro de 2004. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, II, do R.I. cc Art. 42 LOM). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Meio

Ambiente, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo, apresentando as seguintes Emendas: Emenda nº 001 – A ementa do projeto de Lei Complementar nº 005/2014, passa a vigorar com a seguinte redação: “dá nova redação e acresce a alínea “d”, ao inciso IV, e dá nova redação ao § 2º, acresce o § 4º, ao inciso VII, do art. 36, da Lei Complementar nº 97 de 20 de dezembro de 2004”. Em discussão, o Sr. Presidente disse que gostaria de, primeiramente, discutir as emendas que foram propostas através de uma discussão do dia anterior, na reunião de Comissões, onde ele fez parte para defender o projeto, e que a emenda número um proposta, era justamente dar nova redação à ementa do projeto, para deixar claro onde eles tinham mexido, e que a ementa do projeto que antes era, e que ia tomar a liberdade de ler para os nobres pares, e que a ementa era a seguinte: “dá nova redação aos incisos IV e VII, do art. 36, da Lei Complementar nº 97, de 20 de dezembro de 2004”, e a ementa seria: “dá nova redação e acresce a alínea “d”, ao inciso IV, e dá nova redação ao § 2º, acresce o § 4º, ao inciso VII, do art. 36, da Lei Complementar nº 97 de 20 de dezembro de 2004”. Em votação a emenda número um, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; Emenda nº 002 – o art. 2º do Projeto de Lei Complementar nº 005/2014, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 2º - O § 2º, do inciso VII, acrescido do § 4º, do art. 36 da Lei Complementar nº 97, de 20 de dezembro de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação: ‘Art. 36... VII - § 2º - As áreas de preservação permanente não poderão ser utilizadas como sistema de lazer. ... § 4º - Até 30% (trinta por cento) das áreas verdes, excetuando-se as áreas verdes em local de preservação permanente, poderão ser computados como sistema de lazer.’” Em discussão, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que disse de explicar, novamente, aos Pares que a emenda número dois foi proposta porque no artigo segundo da proposta do Projeto de Lei tinham o parágrafo segundo e terceiro, estavam dando nova redação, e que eles resolveram manter o parágrafo terceiro da Lei Complementar noventa e sete, que falava como era feito o cálculo da área verde e, conseqüentemente, inseriram um parágrafo quarto, e que gostaria de pedir aos nobre Pares a aprovação da emenda, justamente, para organização da matéria; a seguir, em votação, foi a referida emenda aprovada por unanimidade de votos. A seguir, em Discussão o Projeto de Lei Complementar nº 005/2014, do Sr. Alfredo Chiavegato Neto, que dá nova redação e acresce a alínea “d”, ao inciso IV, e dá nova redação ao § 2º, acresce o § 4º, ao inciso VII, do art. 36, da Lei Complementar nº 97 de 20 de dezembro de 2004. Em discussão, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que, primeiramente passou a presidência para o Sr. Adilson José Abruhez, Vice-Presidente, e na tribuna cumprimentou a todos, dizendo de tecer alguns comentários sobre o projeto de lei que ele apresentou, e só para elucidar aos nobres Pares, que na Lei Complementar que falava sobre o parcelamento de solo, ela não deixava explícito a porcentagem que eles deveriam deixar e área verde nos empreendimentos habitacionais; disse que hoje pela Resolução do CONAMA era vinte por cento, e que na lei complementar do Município falava que ele tinha que exigir dos

empreendedores cinco por cento de área institucional, dez por cento para sistema de lazer e até vinte por cento de ruas; disse que era bom frisar que sistema de lazer era o local onde poderia haver equipamentos públicos, quadras, enfim, e que não era área verde, era um local onde a população podia usufruir e lá ter equipamentos que pudessem atrair a população para ir lá, que era quiosque, enfim, quadra poliesportiva, pista para caminhada, enfim, isto para o sistema de lazer, e não falava nada sobre áreas verdes, e que áreas verdes eram áreas exigidas por parte dos órgãos ambientais, onde vinte por cento do empreendimento, ou seja, tinha que ser conservado como uma área, se houvesse, já uma mata, uma área de conservação, senão ela tinha que ser replantada, e feito todo o acompanhamento do crescimento dessas mudas nativas; disse que a Lei Complementar do Município que falava sobre isso, ela estava carente dessa matéria, e através da Resolução CONAMA fez a proposta para tentar regulamentar esta lei junto ao Executivo para que os novos empreendimentos pudessem seguir essa doutrina; disse que propuseram que além daqueles percentuais havia a necessidade de se deixar mais vinte por cento de área verde, só que desses vinte por cento, o empreendedor podia utilizar trinta por cento dessa área como sistema de lazer, ou seja, usar da área verde como sistema de lazer ao munícipe que iria morar naquele bairro, enfim, que iria utilizar daquele espaço público, e que essa seria, realmente, a proposta mais significativa do projeto de lei, conseqüentemente, com as emendas já aprovadas; pediu o apoio dos nobres Pares ao projeto, porque acreditava que iria, realmente, regulamentar essa questão; voltou a dizer que o Município já seguia esse regramento por parte do CONAMA, só que não tinha uma determinação como era utilizado o sistema de lazer, e que ficava como área verde, podia ser tudo área verde, um pouquinho só de sistema de lazer, e que estavam regulamentando no sentido que só poderia ser utilizado trinta por cento desta área, e que gostaria de pedir o apoio dos nobres Pares ao projeto, e agradecer a discussão dele na reunião passada, e que achou que foi vem proveitosa; agradeceu; a seguir, o Sr. Adilson José Abracez passou, novamente, a presidência dos trabalhos da Mesa para o Sr. Alfredo Chiavegato Neto; a seguir, pediu a palavra o Sr. William de Souza Silva que parabenizou ao Sr. Presidente pela iniciativa do projeto e que ele que tinha um conhecimento diferenciado na questão, estudou, levantou, explicou para eles, perfeitamente, no dia anterior na reunião de Comissão, e confessou que fugia um pouco do seu conhecimento essa questão ambiental, e parecia simples, mas era complexo, foi difícil de entender, no dia anterior, o Adilson fez a sua contribuição dentro do seu conhecimento no projeto, esclareceu algumas dúvidas, tiveram as emendas, também, e que não tinha nenhuma dúvida quanto a elas, e mais uma vez parabenizou pela iniciativa do projeto, e tinha seu apoio; agradeceu pela atenção de todos; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto agradeceu e ressaltou que no projeto, também, eles acabaram diferenciando bem o que era área verde e área de preservação permanente, e que essa, realmente, não podia ser utilizada como no sistema de lazer, e que área de preservação permanente eram as áreas ao longo dos córregos, das

minas, enfim, que realmente tinha uma área de preservação, e que essas não podiam ser computadas para as áreas do sistema de lazer, e que ficou bem claro coisas que não haviam antes por parte da administração fazer o “comput” do sistema de lazer próximo às áreas de preservação permanente; disse esperar tentar, realmente, deixar mais clara a legislação para que as pessoas pudessem segui-la sem contratempos lá na frente; a seguir, pediu, novamente, a palavra o Sr. William de Souza Silva que pediu desculpas ao Sr. Presidente mas tinha se esquecido, e que era só uma pequena dúvida, e se o projeto visava uma regulamentação do CONAMA, e o Sr. Presidente disse que era correto, e o Vereador agradeceu; o Sr. Presidente disse ao Vereador que a Resolução acompanhava o projeto, inclusive alguns dos parágrafos eram baseados na Resolução do CONAMA; a seguir, em votação o Projeto de Lei nº 005/2014, do Sr. Alfredo Chiavegato Neto foi aprovado por unanimidade de votos, em primeira discussão. Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente daria início à Explicação Pessoal dos Senhores Vereadores, que se manifestariam sobre atitudes pessoais assumidas durante a Sessão ou no exercício do mandato (Art. 168, R.I.): pela ordem, tomou a palavra o Sr. William de Souza Silva que disse que iria ser bem sucinto, e entre outras coisas agradeceu a atenção de todos os Vereadores, e deixou claro para o público ali presente, que o Requerimento que foi colocado com o pedido de CPI teve a assinatura de do nobre Colega Vereador Gerson, nobre Colega Vereador Magrão, nobre Colega Vereador Guga, nobre Colega Vereador Adilson, e disse ao Sr. Presidente que tinha cinco assinaturas, e era claro que estava à disposição dos demais Vereadores, e que só para deixar claro, agradecia a toda a iniciativa e compreensão dos demais Vereadores e lembrando aos demais Vereadores que iria entregar o requerimento para o Senhor Presidente, conforme foi cumprida a forma regimental, foram colhidas as cinco assinaturas, mas ficava à disposição do Sr. Presidente e dos demais Vereadores que quisessem assinar essa Comissão e esperava que eles pudessem dar a devida resposta para a sociedade dentro da atribuição deles de Vereador; mais uma vez ressaltou a todos ali presentes que foi proposto um requerimento de CPI e foi assinado por cinco Vereadores e estava à disposição dos demais, mas pelo que determinava a norma, o Regimento, com essas cinco assinaturas já podia submeter ao Presidente para tomar as devidas providências na forma regimental; agradeceu pela atenção de todos; o Sr. Presidente disse ao Vereador que de posse do Requerimento ele iria protocolá-lo na Casa, e voltava à dizer que a próxima sessão seria em maio, e esperava que até lá, independente do transcorrer da CPI, esperava que os moradores que eram as pessoas mais beneficiadas desse processo, já estivessem morando lá, pois a dada prevista era dia trinta, e esperava que pelo menos isso ocorresse; disse achar que cabia à Comissão que iria ser instaurada, realmente, elucidar os pontos escuros desse processo e fazia votos de um bom trabalho. Terminada a Explicação Pessoal, o Sr. Presidente encerrou a Sessão, convocando a próxima Sessão Ordinária para o dia seis de maio de dois mil e quatorze, terça-feira, com início determinado para às dezenove e trinta horas. Nada

mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

Vereador Alfredo Chiavegato Neto
Presidente

Vereador Adilson José Abracez
Vice Presidente

Vereadora Rita de Cássia Siste Bergamasco
Primeira Secretária

Vereador Ângelo Roberto Torres
Segundo Secretário



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a Ata da Sessão acima encontra-se devidamente assinada pela Mesa Diretora do biênio a que se refere, registrada em livro próprio e arquivada na Secretaria Legislativa desta Câmara Municipal.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 29 de agosto de 2019


VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO
Presidente da Câmara

